

Conselhos da ANFIP discutem mobilização dos Auditores Fiscais

Os conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal da ANFIP realizaram, na terça-feira (18/1), a primeira reunião conjunta do ano com o objetivo de discutir a mobilização dos Auditores Fiscais, que busca a regulamentação do disposto na Lei 13.464/2017, que trata do Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil e do Bônus de Eficiência.

Durante o encontro, conduzido pelo coordenador da Mesa do CR, Genésio Denardi, os dirigentes expuseram seus posicionamentos e sugestões de atuação prática que devem ser adotadas pela Entidade. A maioria concordou em apoiar

as ações deliberadas em assembleia por mais de 4 mil Auditores Fiscais, que incluem a implementação do programa Meta Zero; a entrega generalizada dos cargos de chefia; e a Operação Padrão nas fronteiras, portos e aeroportos, entre outras ações, seguindo como prioridade, dentro das possibilidades legais e jurídicas, conforme deliberação de assembleia dos associados da ANFIP, a defesa da paridade entre ativos e inativos.

O presidente Wilson Antonio Romero ressaltou a importância da comunicação frequente com o Conselho de Representantes. “Ouvir as bases é fundamental. Os senhores são



os primeiros demandados nas Estaduais sobre o atendimento e trabalho da ANFIP, principalmente neste momento delicado da categoria. Essa é uma pauta que se arrasta há muito tempo, como uma série de outras demandas que vão continuar e precisamos manter uma posição de diálogo”, disse. A Mesa Coordenadora do CR criará uma comissão que será responsável pela interligação com o CE acerca do tema.

A ANFIP continua atuando com determinação, sempre em busca de alternativas para atender aos anseios dos Auditores Fiscais e defender a Receita Federal.

XVII: Ativos que precisam de dispensa de ponto devem se inscrever até 12 de abril

Os Auditores Fiscais ativos, associados da ANFIP, que precisarem da liberação de ponto para participar do XVII Encontro Nacional, que ocorrerá de 5 a 7 de maio, em Florianópolis (SC), devem se inscrever, impreterivelmente, até o dia **12 de abril de 2022**.

No próprio formulário on-line há a opção para marcar e informar os dados da solicitação. Faça [AQUI](#) sua inscrição!

É importante ressaltar que os dias solicitados para dispensa de ponto deverão ser compensados posteriormente, conforme [Instrução Normativa \(IN\) nº 2](#), de 12 de setembro de 2018, da qual destaca-se o art. 36 – “*Poderá haver a liberação do servidor público para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas*”.

[Continua na página 2](#)



Vem aí o XVII Encontro Nacional,
em Florianópolis, de 5 a 7/5
PÁGINAS 1/2

Pacto de Brasília discute agenda de
trabalho
PÁGINA 4

Confira os benefícios exclusivos dos
associados da ANFIP
PÁGINA 5

Como há **limite de 5%** de liberados por unidade administrativa a cada evento, conforme [Portaria nº 631/2013](#), será observada a **ordem de inscrição** de cada participante. Para fins de comprovação de participação, será entregue o certificado no último dia do Encontro, desde que o participante tenha assinado diariamente a lista de presença.

A ANFIP enviará o pedido de dispensa de ponto às unidades de lotação de acordo com as informações prestadas no ato da inscrição. Por isso, é muito importante o preenchimento correto dos dados, principalmente em relação à unidade de lotação.

Outra questão a se destacar é que, mesmo dentro dos limites da referida portaria, a liberação de ponto poderá ou não ser concedida, a depender da necessidade de serviço da Unidade e da avaliação da autoridade competente. A ANFIP não tem qualquer poder ou ingerência nessa decisão, que é privativa da Autoridade de cada unidade da RFB.

Dúvidas sobre dispensa de ponto de ativos podem ser enviadas para o e-mail dispensadeponto@anfip.org.br.

Acesse [AQUI](#) todas as informações sobre o XVII Encontro Nacional da Associação.

Portaria traz valores de benefícios e descontos para INSS e RPPS

O governo publicou no Diário Oficial da União, edição de quinta-feira (20/1), a Portaria MTP/ME nº 12, de 17 de janeiro de 2022, com os novos valores dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), reajustados em 10,16%, que começou a vigorar no primeiro dia deste ano. Com isso, os benefícios do INSS passam a ser o mínimo de R\$ 1.212 e o teto de R\$ 7.087,22.

A Portaria também traz as alíquotas de contribuição a serem aplicadas a partir de janeiro, tanto para os servidores públicos ativos e inativos vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) quanto para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Confira abaixo as tabelas com os índices a serem aplicados por cada regime:

RPPS

FAIXA DE REMUNERAÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA APLICÁVEL
até 1.212,00	7,5%
de 1.212,01 até 2.427,35	9%
de 2.427,36 até 3.641,03	12%
de 3.641,04 até 7.087,22	14%
de 7.087,23 até 12.136,79	14,5%
de 12.136,80 até 24.273,57	16,5%
de 24.273,58 até 47.333,46	19%
acima de 47.333,46	22%

RGPS

FAIXA DE REMUNERAÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA APLICÁVEL
até 1.212,00	7,5%
de 1.212,01 até 2.427,35	9%
de 2.427,36 até 3.641,03	12 %
de 3.641,04 até 7.087,22	14%

Receita Federal revisa procedimentos internos dos Auditores Fiscais

Na quinta-feira (20/1), foi publicada no Diário Oficial da União a [Portaria nº 109/2022](#), que altera a [Portaria nº 1/2021](#), responsável por estabelecer procedimentos específicos para os servidores ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil.

Entre as mudanças determinadas pelo secretário especial do órgão, Julio Cesar Vieira Gomes, estão os acréscimos

nos Artigos 9º, referente à verificação dos requisitos para progressão funcional e promoção dos servidores; 12, sobre a análise do plano de trabalho; 16 e 17, envolvendo o pedido de reconsideração da avaliação de desempenho individual; e 24, que determina o prazo para o encaminhamento da avaliação à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep/RFB).

As novas orientações já estão em vigor.

Expediente		 #ANFIPNACIONAL
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETORA RESPONSÁVEL Marluce do Socorro da Silva Soares</p> <p>EDITORA Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.</p>	
 www.instagram.com/anfipnacional	 www.facebook.com/anfip.nacional	 www.twitter.com/anfipnacional
 www.youtube.com/anfipoficial		

Presidente da ANFIP analisa conjuntura brasileira em entrevista à TV Urbana

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, concedeu entrevista exclusiva ao programa Sindicato em Ação, da TV Urbana, no dia 14/1, e tratou de pautas relacionadas aos servidores públicos, às eleições de 2022 e à conjuntura nacional, incluindo a situação de algumas das reformas aprovadas e em tramitação no Congresso Nacional.

Reforma Tributária - Iniciando sua exposição, Vilson Romero comentou sobre a profunda desigualdade que assola o Brasil, agravada pela pandemia e pela falta de políticas públicas adequadas, bem como de uma tributação justa no país. “No fim, quem paga a grande massa da carga tributária brasileira, que já chega perto dos 35%, é a classe média, o assalariado, o consumidor da cesta básica, que também é altamente tributada. Precisamos mitigar a desigualdade reduzindo a tributação sobre o consumo e tributando mais o capital, a propriedade e a renda”, defendeu.

Sobre as propostas em tramitação, Romero comentou que, infelizmente, não se chega a denominadores comuns acerca de qual é a melhor para o Brasil. “Nós temos uma PEC na Câmara dos Deputados, que unifica diversos impostos, e outra na mesma linha no Senado Federal, mas nenhuma fala em taxar os super ricos, da prospecção decorrente de uma eventual tributação de grandes fortunas, que já está prevista na Constituição, porém não avança. Isso eu vejo como um ingrediente fundamental para que nós comecemos a ter, de fato, uma reestruturação desse nosso arcabouço tributário, que é regressivo, desigual e consagra a injustiça fiscal. No geral, vejo com muito ceticismo a possibilidade de aprovação da Reforma Tributária”, avaliou.

Reforma Trabalhista - Levantada a possibilidade de uma revisão da Reforma Trabalhista, o presidente afirmou que é essencial discutir as mudanças que a reforma gerou, como a precarização do emprego, contratos intermitentes, incentivos à pejotização, desligamento em massa da população, profusão de microempreendedores individuais e outros. “Vai depender

muito de quem elegermos para conduzir os destinos do país no Palácio do Planalto e qual a estrutura partidária que comporá o Congresso Nacional.

Não acredito que haverá a revogação da Lei, mas talvez a redução dos prejuízos que ela traz para o trabalhador, que cada vez mais não encontra emprego e, acima de tudo, não consegue uma ocupação rentável. Precisamos de alguém que tenha consciência de que o Brasil continua sendo o eterno país do futuro, mas também o eterno campeão da desigualdade mundial”, alertou.

Reforma Administrativa - Respondendo a questões relacionadas à PEC 32/20, da Reforma Administrativa, enfatizou que, mesmo com a clara dificuldade de aprovação, ainda é cedo para baixar a guarda. “Apesar de ter sido saudado no fim do ano legislativo, o texto está pronto para votação em Plenário. Assim que houver oportunidade, o presidente da Câmara, Arthur Lira, pode colocar a matéria em pauta, desde que tenha o encaminhamento favorável da maioria dos parlamentares com os devidos acordos. Por isso, a ANFIP tem tido uma posição suprapartidária, visando a interlocução com todo o espectro de partidos e políticos representados nas Casas”, disse.

De acordo com ele, “a PEC 32 foi e é muito criticada, porque abria-se o funcionalismo público para negociar, para o loteamento de cargos ao criar acordos de cooperação para administrar áreas importantíssimas, como Saúde e Educação. Seria a licenciosidade da administração privada tomando conta do Estado brasileiro. Colocava por terra todas as possibilidades de termos uma discussão clara sobre o desempenho do servidor público, a renovação das carreiras, obsolescência programada dos cargos e concursos obstaculizados. Então nós continuamos combatendo”.

Recomposição salarial - No tocante à mobilização em defesa do reajuste salarial, o presidente

frisou a importância de entender o contexto da mobilização e os motivos que estão levando as categorias a se manifestarem. “É preciso ter consciência de que hoje os Auditores Fiscais da Receita Federal estão numa mobilização, mas não estão numa greve. Buscamos o cumprimento do acordo realizado em 2016, relacionado ao Programa de Eficiência e Produtividade e ao Bônus de Eficiência, que desde então não foi regulamentado. A partir da retirada de recursos da Receita Federal no Orçamento de 2022, que deve ser sancionado até 21 de janeiro, somado à sinalização de reajuste para apenas uma categoria, as reivindicações foram inevitáveis. Por isso se aprovou em assembleia novos comandos de mobilização, que devem avançar cada vez mais”, explicou.

Combate à desinformação - Em relação à crescente onda de notícias falsas, Romero ressaltou a necessidade de dialogar com os cidadãos sobre a gravidade da situação e a importância da participação popular consciente ao longo do processo eleitoral. “Nós temos que ter a capacidade de fazer um filtro das informações que recebemos, e esse tem sido um papel importante das entidades de classe, de tentar multiplicar e disseminar que temos que ter cuidado com a fonte da notícia. Com o cenário de informação extremamente radicalizado e polarizado, as notícias falsas vão aumentar muito a cada momento que se aproximar das eleições gerais de outubro. Nós temos que conscientizar a população para que não façam votos de compadrio, mas que entendam que temos nas mãos, com a arma do voto, a condição de conseguir colaborar para mudar a situação do Brasil”, concluiu o presidente.



Vilson Romero aborda desestruturação da RFB em programa da Rádio ABC



Na segunda-feira (17/1), o presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, concedeu entrevista ao programa NH10, da Rádio ABC 103.3 FM, acerca da crescente desestruturação do serviço público, especialmente na Receita Federal do Brasil (RFB).

Romero afirmou que é primordial realizar análises e debates sobre a conjuntura nacional. “É um momento de grande reflexão, principalmente neste ano que haverá radicalização de posições e um fluxo maior de desinformação nas redes sociais”, disse. Entre as principais questões que afetam diretamente o funcionamento da RFB, destacou o desfalque do quadro de servidores e a retirada de recursos do órgão.

O presidente informou que houve um crescimento de mais de 30% na criação de empresas entre 2019 e 2021, e segundo

o Mapa de Empresas, que é publicado pelo Ministério da Economia, existem hoje 18 milhões de empresas ativas no país sem o aumento do número de servidores da RFB. “Há um envelhecimento constante do conjunto de servidores, que não tem sido repostos. Estamos permitindo a ampliação do espectro da concorrência desleal e da sonegação por não termos uma estrutura capaz de fiscalizar todo o contingente econômico”, completou.

Sobre a recomposição do quadro ideal de servidores, Vilson Romero destacou que em reunião realizada na semana passada com o secretário da RFB, Julio Cesar Vieira Gomes, foi informado que o pedido para preenchimento de cerca de 700 vagas para os cargos da carreira já foi protocolado, e depende de autorização final para que seja deflagrado o processo de convocação de concurso público.

O dirigente aproveitou a oportunidade para reforçar que os Auditores não estão em greve, conforme afirmam veículos de imprensa. Estão em mobilização intensa pelos direitos da categoria e do órgão desde a aprovação do Orçamento de 2022 pelo Congresso Nacional, que traz cortes no orçamento da Receita para o período. Foi deliberado um plano de ação em assembleia da categoria, realizada em dezembro, que inclui as seguintes medidas: implementação do programa Meta Zero; entrega ostensiva de cargos de confiança, que já chega a mais de 1.300 em todo Brasil; paralisação dos projetos nacionais; e Operação Padrão nas fronteiras, portos e aeroportos. A ANFIP segue atenta aos desdobramentos das atividades.

Confira o folheto “Por que sobra dinheiro para juros e falta para reajuste de servidores públicos?”

Diante da atual conjuntura sociopolítica, a Auditoria Cidadã da Dívida, parceira da ANFIP, elaborou um folheto informativo sobre a administração dos recursos públicos no Brasil. O documento foi idealizado para fortalecer o combate às notícias falsas relacionadas ao movimento reivindicatório dos servidores públicos, que buscam isonomia no reajuste salarial previsto no Orçamento de 2022.

A publicação contém dados que indicam que o rombo das contas públicas não está e nunca esteve no gasto com servidores, mas sim nos gastos financeiros com a chamada dívida pública, ainda não devidamente auditada, como determina a Constituição Federal.

O material completo pode ser baixado [AQUI](#).

Pacto de Brasília realiza reunião para definir agenda de trabalho



As entidades que integram o Pacto de Brasília, movimento em defesa da autonomia da Administração Tributária, se reuniram na segunda-feira (17/1), por meio de videoconferência. Pela ANFIP,

participaram o presidente Vilson Antonio Romero e o vice-presidente de Assuntos Tributários, Gilberto Pereira.

O objetivo da reunião, que também contou com a presença do consultor e ex-deputado federal Luiz Carlos Haully, foi discutir as próximas ações do grupo, visando organizar e fortalecer as carreiras da administração tributária, sobretudo no âmbito da Reforma Tributária e das reformas em tramitação no Congresso Nacional.

O Pacto de Brasília conta ainda com participação de representantes da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios

e Distrito Federal (Anafisco), da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

ESTADUAL

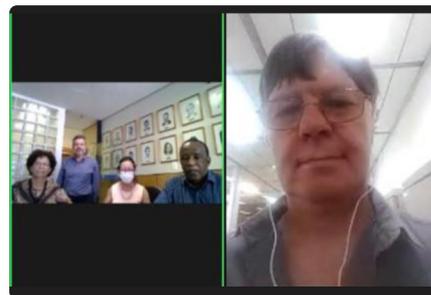
RS: Diretoria da Agafisp retoma atividades em 2022

O presidente da Agafisp (Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul), Luiz Carlos Santos da Silva, reuniu a diretoria em 10 de janeiro, de forma híbrida, retomando as atividades da Associação em 2022, após o recesso de final de ano.

No encontro, do qual participaram o vice-presidente José Amilton Freire e os diretores Rudimar Fraga, Nereu

Capeletti, Cláudio Macedo, Tânia Garcia e Elisabete Diniz, foram abordados diversos assuntos de interesse da categoria e dos associados.

Na ocasião, o projeto Agafisp 60 anos começou a ser elaborado, assim como foi debatida a contratação de assessoria de imprensa e demais assuntos associativos.



ANFIP-PE elege conselhos Executivo e Fiscal para biênio 2022/2024

A ANFIP-PE, Estadual de Pernambuco, elegeu na quarta-feira (19/1) os novos integrantes dos conselhos Executivo e Fiscal para o biênio 2022/2024. A posse dos conselheiros acontecerá no dia 28 de janeiro, às 15h, na sede da Estadual.

Confira a composição dos colegiados:

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente Executivo:

Rita de Cássia Cavalcanti Couto

Vice-presidente de Administração Patrimônio e Cadastro:
Severina Alves Martins

Vice-presidente de Finanças e Controle Orçamentário:

Zélia Duarte Costa

Vice-presidente de Política de Classe, Cultura Profissional e Eventos:

Maria da Penha do Nascimento Mendonça

Vice-presidente de Comunicação Social e Relações Públicas:

Cláudia Lemos de Vasconcelos

Vice-presidente de Serviços Assistenciais:

Maria do Socorro Aroxa Nogueira

CONSELHO FISCAL

Jones Trajano de Melo

Antônio Gomes Campelo

Maria Sônia Santos de Oliveira

ANFIP-SC se reúne com delegado da RFB em Florianópolis

O presidente da ANFIP-SC, Floriano José Martins, juntamente com o vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário da ANFIP, Antônio Carlos Silveira, estiveram reunidos, na quinta-feira (20/1), com o delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, Daniel Carlos, e seu adjunto, Douglas Barbosa Lucas.

Na oportunidade, foram tratados diversos assuntos, incluindo a mobilização da categoria em função do corte orçamentário e da necessidade de novos concursos, os quais afetam diretamente o funcionamento do órgão. Neste contexto, a Estadual manifestou-se em apoiar a implementação do programa Meta Zero, a operação padrão nas fronteiras, portos e aeroportos, entre outras ações, priorizando, sempre dentro das possibilidades legais, a defesa da paridade entre ativos e inativos.

Os presentes discutiram, também, o impacto das receitas previdenciárias, em função da pandemia, bem como a



desoneração da folha de pagamentos, aprovada em dezembro de 2021 pelo Congresso Nacional. De igual modo, foi comentado sobre a importância da educação tributária nos currículos de 1º e 2º graus; conhecimentos específicos nas áreas de Engenharia Civil e Arquitetura junto às universidades; e dos conhecimentos básicos na área previdenciária, da mão-de-obra à

emissão de Certidões Negativas de Débitos (CND).

Ainda, foram disponibilizados ao delegado os livros “Reforma Tributária Necessária” e “Análise da Seguridade Social”, assim como a agenda ANFIP de 2022 e um brinde próprio da ANFIP-SC. Ao final, Daniel Carlos agradeceu a visita e se colocou à disposição da entidade para possíveis trabalhos em conjunto.

BENEFÍCIOS

Cooperforte: Seu crédito agora tem taxas pré-fixadas

A partir deste mês, a Cooperforte, parceira da ANFIP, disponibiliza para seus associados novas linhas de crédito, agora com taxas pré-fixadas e prazo de até 96 meses.

Acesse o APP Cooperforte ou o site autoatendimento.cf.coop.br e verifique os limites disponíveis pra contratar o Crédito Parcelado Pré-fixado (CPP):

- **CPP 96:** com taxa de 2,49% ao mês e prazos de 4 a 96 meses, disponível para contratação até o limite estabelecido para a 1ª operação;

- **CPP 60:** com taxa de 2,29% ao mês e prazos de 4 a 60 meses, admitido

para contratação somente no limite disponível para a 2ª Operação.

O valor mínimo para liberação de crédito em cada operação é de R\$ 800,00 e a carência para pagamento da primeira parcela será de até 89 dias.

A liberação do crédito na conta corrente do associado ocorre no mesmo dia (para operações formalizadas até as 17h). Contrate suas operações de maneira simples, rápida, segura e 100% digital, pelo APP Cooperforte (disponível na App Store ou Google Play) ou pelo autoatendimento.cf.coop.br.

Os associados que contratam

empréstimos com a Cooperforte garantem a participação nas sobras anuais, distribuídas na proporção dos negócios realizados ou mantidos com a Cooperativa no exercício. Na prática, para os mutuários, o recebimento de sobras representa a devolução de parte dos juros pagos nas operações de crédito.

Consulte as condições operacionais dos produtos da COOPERFORTE e contrate seu crédito agora!

Mantenha seu cadastro atualizado, principalmente os dados referentes à renda mensal, e assegure seu crédito pré-aprovado junto à Cooperforte.

Comece o ano com uma atitude previdente



Para muitos, o primeiro mês do ano é uma época de planejamento e de começar novos hábitos. É durante este período que, na maioria das vezes, estabelecemos metas para o ano e traçamos as rotas que nos levarão aos nossos objetivos. Apesar de podermos começar novos hábitos a qualquer momento, o início do ano é uma oportunidade para refletirmos sobre as metas e traçar rotas para alcançá-las.

E, ao falarmos de futuro, em especial, o financeiro, começar com uma atitude previdente já no início do ano pode trazer grandes resultados lá na frente. Previdente é um adjetivo

que traz como significado “que se previne, toma medidas antecipadas, precavido”. É pensar e cuidar do futuro.

Por isso, convidamos todos a incluírem a Jusprev nos seus planos para 2022. A adesão ao plano de previdência complementar da Entidade irá ajudar na construção de um futuro financeiro mais seguro e tranquilo. Cuidar das finanças é um hábito saudável, e o Planjus, plano exclusivo da Jusprev, é a melhor maneira de planejar seu futuro financeiro.

Pequenos hábitos cultivados ao longo do tempo trazem resultados grandiosos e com a previdência complementar não é diferente. Com contribuições mensais a partir de R\$116,73 é possível fazer uma previdência com a Jusprev.

Aproveite a oportunidade para iniciar a sua previdência complementar! Faça agora uma simulação, clique [AQUI](#), e confira as condições especiais para novas adesões.

Saiba mais sobre o [Planjus](#) e [como aderir](#).

Fonte: Jusprev.

Aproveite as condições especiais para estudar na FBT

Comece o ano cumprindo suas metas! A Faculdade Brasileira de Tributação (FBT), parceira da ANFIP, oferece descontos especiais válidos até 31 de janeiro em cursos e especializações ministradas pelos melhores profissionais do mercado tributário brasileiro.

Estão disponíveis bolsas com 30% de desconto para

graduação em Gestão Financeira e para pós-graduação na área tributária. E tem mais! O pagamento da segunda parcela será somente em 1º de abril de 2022.

Para utilizar o benefício, basta pesquisar FBT no seu Clube de Vantagens, solicitar declaração e apresentar no ato da matrícula. Não perca tempo, invista no seu conhecimento!

ANS inclui teste rápido da Covid-19 no rol de coberturas obrigatórias dos planos de saúde

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, na quarta-feira (19/1), a inclusão do exame teste rápido para detecção de antígeno SARS-CoV-2 (coronavírus) no rol de coberturas obrigatórias para beneficiários de planos de saúde. A determinação foi oficializada na quinta-feira (20/1), após a publicação da [Resolução Normativa nº 478/2022](#) no Diário Oficial da União. A partir de então, a cobertura passa a ser imediata.

O teste será coberto para os beneficiários de planos de saúde com segmentação ambulatorial, hospitalar ou referência, e será feito, nos casos em que houver indicação médica, em pacientes com Síndrome Gripal (SG) ou Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), quando os sintomas estiverem na janela ótima de utilização, ou seja, entre o 1º e o 7º dia.

Com informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar/Gov.br.